

## GRANDES TERRITÓRIOS DESCONHECIDOS (VAST UNKNOWN TERRITORIES)

Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia - CNPq)

### ABSTRACT

The article sketches a panorama of the Brazilian linguistic reality with reference to its sociohistorical formation. Where the current reality is concerned, the following research areas are shown to be fundamental: the mapping of the dialectology of Brazilian Portuguese, the sociolinguistic analysis of large urban centres, the description of the surviving indigenous languages and the surveying of isolated Afro-Brazilian rural communities. Within the ambit of the history of the Portuguese language in Brasil, the necessity for extensive and exhaustive research into historical documents, in search of new empirical evidence with regard to the sociolinguistic contexts within which the Brazilian linguistic reality was formed, is of considerable significance. Still within the diachronic frame, the article is concerned with the sociolinguistic parameters of the historical formation of Brazilian Portuguese, focussing on the integration of Amerindians, contingents of African slaves, and European and Asian immigrants.

KEY-WORDS: Brazilian Portuguese; language contact; historical sociolinguistics

### RESUMO

*O artigo traça um panorama da realidade lingüística brasileira com referência à sua formação sócio-histórica. No que concerne à realidade lingüística atual, destacam-se como áreas privilegiadas de investigação: o mapeamento dialectológico do Brasil, a análise sociolingüística dos grandes centros urbanos, a descrição das línguas indígenas brasileiras remanescentes e o levantamento das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. No âmbito da história da língua no Brasil, ganha relevo a necessidade da ampla pesquisa da documentação histórica em busca de novas evidências empíricas acerca dos contextos sociolingüísticos em que ocorre a formação histórica da realidade lingüística brasileira. Ainda no plano diacrônico, o artigo trata dos parâmetros sociolingüísticos da formação histórica do português brasileiro, focalizando a*

*integração do elemento autóctone, dos contingentes de escravos africanos, e dos imigrantes europeus e asiáticos.*

*PALAVRAS-CHAVE: português brasileiro; contato entre línguas; sociolinguística histórica*

## **0. Introdução**

Menos do que apresentar respostas, este artigo pretende levantar questões e indicar caminhos para uma adequada caracterização da realidade lingüística brasileira com referência à sua formação sócio-histórica. Nesse sentido, duas grandes frentes de trabalho se descortinam: de um lado, impõe-se um mapeamento da realidade lingüística brasileira atual, tanto no eixo diastrático, quanto no eixo diatópico, sem se descuidar da diversidade étnica que enforma essa realidade; de outro lado, é imperioso um grande movimento em direção às fontes e aos receptáculos dos testemunhos históricos, que permitam ampliar a base empírica das grandes interpretações já formuladas acerca da formação de nossa(s) identidade(s) lingüística(s), adubando-se o terreno para a renovação dessas interpretações e para o surgimento de novas leituras.

A primeira frente depara-se com os vastos territórios ainda desconhecidos (ou mesmo ignorados) de nossa diversidade lingüística, que reúne às inúmeras variedades urbanas e rurais do português as quase duzentas línguas indígenas remanescentes e as línguas das comunidades formadas na esteira do grande movimento de imigração européia e asiática ocorrido na passagem do século XIX para o século XX. Mas essa primeira frente se depara, sobretudo, com a urgência de se registrar uma diversidade que se esgarça e se desfaz, com a grande onda de nivelamento lingüístico, produzida pelo profundo e violento processo de industrialização e urbanização do país, ocorrido ao longo do século passado. A outra frente carece do empenho e da persistência do trabalho do garimpo, em que se vasculha tanto para se encontrar tão pouco. Mas, as raras pepitas que, por ventura, aí se encontrem de certo lançarão, com o seu brilho, valiosas luzes sobre os vastos territórios da nossa história sociolinguística que ainda permanecem na penumbra do desconhecimento empírico.

Conquanto sejam frentes de trabalho com seus domínios de atuação próprios, a sua interdependência é notável. Os dados históricos são cruciais para a compreensão do atual panorama lingüístico do país, especialmente no que concerne à grande diferenciação do português brasileiro em relação ao português europeu e ao papel desempenhado nesse processo pelo amplo e massivo contato do português com as

línguas indígenas e africanas nos quatro primeiros séculos da história do Brasil. Por outro lado, o conhecimento amplo e sistemático de nossa realidade lingüística atual certamente traçará as trilhas interpretativas da sua história.

Este raciocínio será desenvolvido aqui da seguinte maneira. Na primeira seção deste artigo, serão apresentadas as tarefas que se colocam para o estudo da realidade lingüística brasileira atual e os reflexos desse conhecimento para a compreensão da sua história. Destaca-se aí a proeminência de um estudo coordenado das diversas variedades urbanas e rurais do português brasileiro, de modo a dar sustentação empírica à visão das duas grandes vertentes na formação histórica da realidade lingüística brasileira (cf. Lucchesi, 2001). Por outro lado, chama-se a atenção para a urgência de se descrever e analisar as línguas indígenas e as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, umas e outras ameaçadas em sua sobrevivência cultural pelo violento processo de penetração do capitalismo no campo brasileiro e em sua identidade lingüística pelo amplo processo de urbanização da cultura brasileira. Nas seções seguintes, serão delineados os parâmetros sociolingüísticos que balizam o desenvolvimento histórico da língua portuguesa no Brasil com vistas à sistematização das questões que devem orientar a compreensão da realidade lingüística brasileira; o que será feito na conclusão deste artigo.

### **1. Os grandes territórios desconhecidos da diversidade lingüística brasileira**

Grandes são as tarefas que ainda hoje se colocam para os lingüistas brasileiros no que concerne à compreensão da realidade da língua no país e a sua história. Há alguns anos, lingüistas de orientação gerativista falam de uma diferenciação de uma gramática brasileira frente à sua congênere européia (cf. Tarallo, 1993a, entre outros). Mas onde estariam as raízes de tais mudanças que teriam atingido o cerne da estrutura lingüística? E como essas alterações se espalham pelo território brasileiro?

O Projeto de um Atlas Lingüístico do Brasil só agora, quarenta anos após a publicação do primeiro atlas regional (o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*), dá os seus primeiros passos (cf. Cardoso, 1999, entre outros). Só a descrição sistemática de sua distribuição diatópica poderia confirmar, ou não, a tão propalada homogeneidade do português brasileiro, bem como delimitar as fronteiras dialetais e identificar regiões mais inovadoras frente às zonas de maior conservadorismo lingüístico; ou, dito de outra forma, as regiões em que as mudanças históricas se fazem mais sentir. Essas informações cruzadas com dados históricos, tais como: a maior ou menor presença de

mão-de-obra africana, ou concentração de população indígena, e atividade sócio-econômica predominante na formação daquela localidade, poderiam lançar luzes significativas sobre os reflexos de certos processos sociolingüísticos sobre a estrutura da língua, aumentando consideravelmente a nossa compreensão acerca de como fatores lingüísticos e extralingüísticos se combinaram na formação de nossa realidade languageira.

Ainda no plano da geografia lingüística, a tradicional técnica dialectológica deverá se conjugar com o instrumental metodológico da sociolingüística para dimensionar as conseqüências do grande movimento de urbanização da sociedade brasileira ocorrido no século XX. De que maneira e em que proporção os padrões lingüísticos urbanos se difundem pelas vastas regiões do país? Com que intensidade intervêm nesse processo os poderosos meios de comunicação de massa, cuja determinação nos padrões de comportamento é tão visível? E há que considerar ainda o amplo deslocamento populacional possibilitado pela malha rodoviária que já traça todo o território brasileiro.

Se quase oitenta por cento da população brasileira vive hoje nos centros urbanos, coloca-se o desafio de se analisar complexos sociolingüísticos que congregam milhões de indivíduos. Não obstante o desenvolvimento de significativos projetos que se dedicam ao escrutínio da variação social nos grandes centros urbanos, como o *PEUL*, o *Programa de Estudo sobre o Uso da Língua* e o *VARISUL*, o *Projeto sobre a Variação Lingüística Urbana na Região Sul* (cf. Paiva & Scherre, 1999), muito ainda há que ser feito para que possamos dimensionar o impacto da formação das grandes metrópoles urbanas ocorrida no século passado sobre os padrões coletivos de comportamento lingüístico nessas gigantescas comunidades de fala.

E, talvez, sejam aí mais visíveis os reflexos da absurda assimetria que rasga a sociedade brasileira. Quando se pensa a realidade lingüística do país em seu conjunto, não se pode deixar de ter em linha de conta, com a proeminência que lhe deve ser conferida, o grande abismo que separa a minoria de cidadãos da “Bélgica brasileira” da grande maioria de deserdados que recriam a “Índia” no Brasil, para nos valer aqui da fórmula da “Belíndia”, consagrada entre os economistas. Pode-se dizer que cerca de dez milhões de brasileiros desfrutam de bens e produtos da civilização cristã ocidental como quaisquer outros cidadãos do chamado Primeiro Mundo, enquanto mais de cem milhões de pessoas pouco ou nenhum acesso têm aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos definidos pelo instituto da cidadania; uma situação que coloca o Brasil no

rol das nações que elevaram ao paroxismo o exercício da desigualdade e da exploração social. E se levarmos em conta que esse fosso tem sido continua e persistentemente escavado desde quando se inicia a colonização europeia do Brasil nos idos de 1532, temos motivos suficientes para pensar a realidade lingüística como um sistema polarizado, constituído por dois grandes subsistemas – uma norma dita culta e uma norma popular ou vernácula –, cada um deles com sua lógica própria, com suas respectivas tendências de mudança lingüística, e seu sistema particular de avaliação subjetiva (cf. Lucchesi, 1994, 1998a e 2001).

A NORMA CULTA seria, então, constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania e é tributaria, enquanto norma lingüística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império; modelos esses decalcados da língua da Metrópole portuguesa. A NORMA POPULAR, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social. Na medida em que grande parte de seus antepassados eram “peças” (seres humanos reduzidos à condição de coisa, para usufruto dos seus senhores), deve-se pensar que esses falares se formam no grande cadinho que fundiu, na fomalha da escravidão em massa, as etnias autóctones e as etnias africanas na fôrma do colonizador europeu. Dessarte, se é uma variedade da língua do colonizador a que se impõe na fala dos segmentos sociais aí formados, não se pode deixar de perceber as marcas de sua aquisição precária e de sua nativização mestiça.

Esse quadro que hoje se nos afigura quando contemplamos o panorama lingüístico brasileiro em seu conjunto enseja grandes frentes de estudo. Primeiramente, destaca-se o estudo coordenado das principais variedades do português brasileiro, de modo a se confirmar, ou não, a sua divisão em dois grandes subsistemas: a norma lingüística urbana culta *vis-à-vis* o português popular urbano e o português rural; considerando-se tanto a dicotomia culto *versus* popular, quanto os múltiplos vetores da difusão lingüística que se podem verificar na relação cidade e campo. Em segundo lugar, impõe-se a necessidade de um mapeamento dialectológico do território brasileiro com o objetivo de se definir zonas mais ou menos conservadoras, ou mesmo zonas cuja variedade diatópica do português possa apresentar reflexos próprios a um processo

histórico específico de colonização<sup>1</sup>. Há que se chamar a atenção ainda para os estudos das comunidades de fala afro-brasileiras, onde ainda se poderiam encontrar os indícios mais notáveis do tipo de mudança que o processo histórico do contato entre línguas teria provocado na estrutura do português brasileiro. Por fim, devemos enfatizar a importância da descrição das quase duzentas línguas autóctones brasileiras que sobreviveram ao genocídio perpetrado contra as nações indígenas ao longo de nossa história.

### **1.1. A necessidade da descrição das línguas indígenas brasileiras**

Hoje, no Brasil, ainda são faladas cerca de 180 línguas indígenas. A grandeza desse número se apequena se comparada com a estimativa de cerca de 1.200 línguas indígenas que eram faladas no território brasileiro quando aqui chegaram os primeiros europeus, na virada para o século XVI (cf. Rodrigues 1993a, 1993b). O desaparecimento de cerca de 85% desse total nada mais é do que o reflexo lingüístico do violento genocídio que se perpetrou contra os povos indígenas ao longo de todo o processo de colonização europeia das terras brasileiras. Estima-se que, em 1500, alguns milhões de índios viviam no Brasil, hoje eles são em torno de 200 mil; números que revelam a proporção desse cruelíssimo processo de eliminação de povos e culturas.

As línguas indígenas brasileiras que ainda se conservam são, por conseguinte, faladas por um número bastante reduzido de indivíduos<sup>2</sup>. As mais numerosas – como a língua Tikuna, no rio Solimões – são faladas por cerca de 20 mil indivíduos. Há, entretanto, línguas em via de desaparecimento, faladas como língua materna por apenas algumas dezenas de pessoas. Essa situação se combina com uma grande heterogeneidade lingüística, pois as línguas indígenas do Brasil se distribuem por mais de 40 famílias genéticas. Para além do interesse de se conhecer essa que seria uma zona de alta diversidade lingüística, o estudo das línguas indígenas brasileiras se reveste de uma importância capital para o resgate de nossa história, uma dívida que se tem com os povos autóctones brasileiros.

### **1.2. A importância do estudo das comunidades rurais afro-brasileiras**

---

<sup>1</sup> Penso aqui, por exemplo, nas regiões do interior dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Pará e Amazonas, onde durante séculos predominou o uso das chamadas línguas gerais indígenas (cf. seção 3.1. deste artigo).

<sup>2</sup> Para uma descrição da situação atual das línguas indígenas brasileiras, veja-se Rodrigues, 1986.

Um dos grandes territórios desconhecidos de nossa realidade lingüística diz respeito às variedades do Português faladas pelas comunidades de ascendência africana que se espalham pelos locais mais recônditos do interior do país. Estima-se que sejam mais de oitocentas essas comunidades que, em sua maioria, têm a sua origem em agrupamentos de escravos foragidos da sanha escravista, que passaram para a história com a denominação de QUILOMBOS (cf. Anjos, 2000). As vicissitudes históricas de sua formação condenaram essas comunidades de fala ao isolamento e ao ostracismo, de modo que, em alguns casos, conservaram-se, nos padrões de fala dessas comunidades, as marcas mais profundas do processo de aquisição precária do português como segunda língua pelos escravos africanos e da nativização desse modelo defectivo entre os escravos crioulos e seus descendentes (cf. Baxter, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997; e Lucchesi, 1999), pelo menos até os meados do século passado, como pôde constatar, em 1961, a pesquisadora Carlota Ferreira, quando do seu trabalho como inquiridora do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

Nessa ocasião, Carlota Ferreira teve contato com uma comunidade rural situada no extremo sul do Estado da Bahia, cujos falantes mais idosos falavam uma variedade crioulezada do português (cf. Ferreira, 1984). A situação encontrada nessa comunidade, denominada Helvécia, representava, provavelmente, a situação em que se encontrariam muitas comunidades rurais afro-brasileiras no início do século XX. Mas, infelizmente a pesquisadora não dispunha na altura de um gravador, recolhendo apenas alguns poucos registros de fala através da transcrição fonética. Esforços posteriores para retornar à comunidade e registrar a sua fala não lograram êxito, e esse documento vivo da história lingüística do Brasil, em grande parte, se perdeu.

Somente no final da década de 1980 e início da década de 1990, os pesquisadores Alan Baxter, da Universidade de La Trobe (Melbourne – Austrália), e Dante Lucchesi, da UFBA, implementaram o Projeto de Pesquisa *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas* que, com financiamento do *Australian Research Council*, recolheu amostras de fala de algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, dentre as quais a comunidade de Helvécia-Ba. É escusado dizer que os dados obtidos são bem menos elucidativos acerca do grau de mudanças produzidas pelo contato do português com línguas africanas do que os dados que poderiam ter sido coletados, por exemplo, em Helvécia-Ba, trinta anos antes. Porém, considerando-se o significativo número de comunidades afro-brasileiras que ainda se encontram no Brasil, fica a questão de se saber se ainda existe alguma comunidade que

consERVE algo que possa ser caracterizado como uma variedade criouliada do português. Tal descoberta teria um valor inestimável para o conhecimento de nossa história lingüística, mas, infelizmente, são cada vez mais remotas as possibilidades de se encontrar uma comunidade assim, em virtude das profundas alterações ocorridas ao longo do século XX. Se até as primeiras décadas do século passado, era possível encontrar comunidades rurais afro-brasileiras isoladas que falavam alguma variedade criouliada do português, essa situação se alterou rapidamente.

Com efeito, esse processo de mudanças descrioulizantes pode ter ocorrido de forma muito acelerada, em função do violento processo de penetração das grandes empresas capitalistas no campo brasileiro. Pensemos, inicialmente, no alto grau de isolamento lingüístico e cultural em que viviam, por exemplo, as comunidades quilombolas, clandestinas e ilegais até a abolição da escravatura – uma situação social altamente favorável à criouliada do português, ou mesmo à manutenção, em uso corrente, de línguas francas de base africana. Essa situação certamente pouco se alterou até as primeiras décadas do século XX. A partir daí, inicia-se o violento processo de ocupação de vastas zonas rurais através dos empreendimentos capitalistas de mineração, extração madeireira e de produção de celulose, entre outros. Esses empreendimentos expulsaram essas comunidades de suas terras, e/ou acabaram por integrar os seus membros no processo extrativo e/ou produtivo, através da exploração de sua força de trabalho, alterando drasticamente o seu modo de vida e desarticulando a sua cultura. A fala dessas comunidades *a fortiori* sofreria as maiores conseqüências desse processo, perdendo todas as suas particularidades criouliadas, ou mesmo desaparecendo na medida em que a coletividade que a usava se desintegrava. Desse modo, a intensa e violenta penetração do capitalismo no campo brasileiro pode ter eliminado as mais significativas evidências empíricas do nível de criouliada que a língua portuguesa sofreu no Brasil. Contudo, até que se faça um mapeamento etnolingüístico das comunidades rurais afro-brasileiras, essa questão não poderá ser cabalmente respondida. De qualquer modo, pensamos que as evidências empíricas que o estudo da fala das comunidades rurais afro-brasileiras pode fornecer são cruciais para quem tenta recriar o grande mosaico da história sociolingüística do Brasil, como tentarei demonstrar na seção seguinte.

## **2. A história da língua portuguesa no Brasil como um processo complexo e polarizado**



Os três primeiros séculos da colonização do Brasil se caracterizam por uma progressiva ocupação do território com fins extrativistas e/ou agro-pastoris. Os centros urbanos, situados no litoral, pouca ou nenhuma influência exerciam sobre as vastas regiões do país, onde negros, mestiços e colonos decaídos se esalfavam na lavoura, na pecuária extensiva e nas lides da mineração (cf. Cunha, 1985). No plano lingüístico, enquanto a elite colonial (e posteriormente, a elite do Império) estará fortemente ligada aos padrões lingüísticos da Metrópole portuguesa, nos demais segmentos da população brasileira, as línguas gerais indígenas e as línguas francas africanas estarão sendo progressivamente substituídas por variedades profundamente alteradas da língua portuguesa. Se, como bem salientou Ribeiro (1997), é o negro o grande agente da europeização lingüística do Brasil, essas variedades de português que se difundem pelo território brasileiro são o resultado da aquisição imperfeita por falantes adultos de línguas africanas e da sua nativização entre os seus descendentes mestiços e endógamos.

Diferentemente do que afirmam alguns estudiosos, há vários registros históricos de processos potenciais de criouliização da língua portuguesa no Brasil<sup>3</sup>. É fato que a intensidade das mudanças ocorridas na estrutura da língua portuguesa em função do contato entre línguas terá variado muito consoante o contexto sócio-econômico e etno-demográfico. É fato também que nenhuma língua crioula *tout court* tenha existido em uma grande região do país por um período de tempo representativo. Mas, se as condições sócio-históricas inibiram a estabilização de uma língua crioula de base lexical portuguesa, foram extremamente propícias à difusão de mudanças lingüísticas induzidas pelo contato lingüístico nas diversas variedades da língua portuguesa faladas no Brasil.

Às variedades populares profundamente modificadas opunha-se a variedade lingüística decalcada dos modelos lusitanos, cultivada pelas elites coloniais e do Império, período em que as cadeiras de língua portuguesa nos colégios eram privativas

---

<sup>3</sup> Já no século XVII, dispomos deste texto perspicaz do Padre Antônio Viera (*apud* Silva Neto, 1986: 600): “(...) falam [as nações asiáticas] a língua portuguesa, mas cada uma a seu modo, como no Brasil os de Angola, e os da terra (...) A língua portuguesa tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais (...) Eram línguas partidas, não só porque eram muitas línguas, senão porque eram línguas e meias línguas: meias línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações que as pronunciavam e as mastigavam a seu modo”. Para o século XIX, temos o testemunho dos viajantes estrangeiros. Em 1821, Saint-Hilaire “notara que os negros conservavam qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias... o que é uma das características dos falares crioulos”. Em 1868, “o viajante inglês Burton, meticoloso e honesto observador, diz que os escravos negros de Morro Velho falavam luso-hamítico” (Silva Neto, 1963: 109).

dos professores portugueses e o grande romancista José de Alencar era criticado pelos puristas por não respeitar os cânones coimbrãos (cf. Cunha, 1970). É esta norma lingüística idealizada e adventícia que ainda hoje é tomada como base para o ensino da língua materna no Brasil, com resultados tão previsivelmente pífios.

Desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, a mestiçagem e o patriarcado polígamo criaram as condições para que os padrões de fala de escravos e mestiços, moldados no contato do português com as línguas africanas, penetrassem na fala dos segmentos sociais superiores, afetando os padrões de concordância verbal e nominal do português brasileiro, bem como a realização, colocação e forma dos seus pronomes e a estrutura silábica dos seus vocábulos com o apagamento das consoantes pós-vocálicas, entre outros aspectos morfossintáticos e fonológicos relevantes.

No final do século XIX e início do século XX, esse processo de difusão das mudanças induzidas pelo contato no português do Brasil ganha uma nova via, com a vinda de milhões de imigrantes europeus e asiáticos (cf. Lucchesi, 1998a e 2001). Durante o século XX, o fosso entre os padrões da norma culta e os padrões de fala dos segmentos populares foi-se atenuando, relativamente, em função do amplo e violento processo de industrialização e urbanização do Brasil, que se refletiu no êxodo rural, no extraordinário crescimento dos centros urbanos, na vasta ampliação da malha rodoviária, e no fantástico desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

Portanto, os reais efeitos lingüísticos da conjugação de diversos povos na formação da sociedade brasileira, bem como das profundas mudanças ocorridas desde o final do século XIX, ainda são muito pouco conhecidos. A insipiência das pesquisas que possam definir as bases de uma caracterização sócio-histórica da realidade lingüística brasileira, não obstante alguns significativos avanços provenientes de iniciativas isoladas de alguns grupos de pesquisa, representa uma lamentável lacuna no conhecimento e na promoção da identidade cultural do país, com reflexos significativamente negativos na definição de políticas pedagógicas, de integração social e de preservação cultural. Recursos relativamente pequenos, corretamente direcionados no sentido de promover ações e análises coordenadas, poderiam alterar significativamente essa situação.

### **3. Os grandes territórios desconhecidos da história sociolingüística do Brasil**

Quando se pensa na história da língua portuguesa no Brasil, o ponto de partida é sempre o magnífico trabalho pioneiro de Serafim da Silva Neto (1951 [1963] e 1957

[1988]). O grande manancial de testemunhos históricos referentes à história externa da língua no Brasil por ele reunidos ainda não foi satisfatoriamente aproveitado. Porém, não obstante a relevância desse trabalho, o conhecimento da história sociolingüística brasileira ainda é constituído por grandes generalizações que se apóiam em escassas evidências empíricas, de modo que muitas questões decisivas estão ainda pouco esclarecidas, ou são mesmo bastante controversas.

Afortunadamente, a lingüística histórica experimentou um significativo crescimento nas últimas décadas do século XX. Assim, para além do importante trabalho coordenado por Fernando Tarallo, na UNICamp, na década de 1980 (cf. Roberts & Kato, 1993), surgem no decorrer da década de 1990 dois grandes Projetos de Pesquisa orientados para a história do português brasileiro: o *PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa*, coordenado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, da UFBA (cf. Mattos e Silva, 1996), e o *Projeto para a História do Português Brasileiro*, coordenado por Ataliba Castilho, da USP (cf. Castilho, 1998; e Mattos e Silva, 2001). Esses projetos têm aportado muitas contribuições, tanto para o conhecimento da história interna do português brasileiro, com análises diacrônicas de aspectos de sua estrutura morfossintática; quanto para a sua história externa, com a recolha, sistematização e preparação filológica de documentos históricos.

Todavia, questões decisivas como a importância do processo histórico da reunião de etnias na formação da comunidade lingüística brasileira ainda são francamente controversas. Nessa seção, deter-me-ei nessa questão, buscando sistematizar algumas reflexões sobre o que podemos chamar de parâmetros sócio-históricos da língua no Brasil relativos à inserção dos segmentos ALOGLOTAS (i.é., falantes de outras línguas) na comunidade lingüística de falantes do português brasileiro, a saber: os povos autóctones, africanos, europeus e asiáticos.

### **3.1. A participação do elemento autóctone na formação do português brasileiro**

Quando os portugueses começaram a se fixar na costa do Brasil, no século XVI, entraram em contato com povos indígenas pertencentes à mesma família lingüística e que falavam duas línguas bastante aparentadas, o *tupi*, na região que corresponde hoje ao Estado de São Paulo, e o *tupinambá*, falado por povos que se espalhavam por praticamente todo o restante da costa brasileira, desde o litoral do atual Estado do Rio de Janeiro até a foz do Rio Amazonas. A relação que os portugueses mantiveram com esses povos compreendem basicamente duas situações. Nas regiões centrais do

empreendimento colonial, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, procederam a eliminação física dos povos indígenas. Na região de São Paulo, a colonização foi feita por meio do acasalamento dos colonizadores portugueses com as mulheres indígenas; situação que se reproduziu de forma semelhante na região do atual Estado do Maranhão, a partir do século XVII, com a expulsão dos franceses em 1615 (cf. Rodrigues, 1996 e 2000). Resultam daí dois cenários etno e sociolingüísticos bastante distintos.

O primeiro núcleo de povoação portuguesa estabelecido na costa brasileira foi a vila de São Vicente, fundada no litoral de São Paulo, em 1532, por Martim Afonso de Souza. Os contingentes de colonizadores que afluíram para São Paulo eram constituídos praticamente só por homens, que passaram a se acasalar com as mulheres indígenas, num processo assim descrito por Rodrigues (no prelo):

Na capitania de São Vicente, entretanto, cresceu a interação dos Portugueses com os índios tupi, não só no litoral, mas também e sobretudo serra acima, no planalto de Piratininga e ao longo do alto rio Tietê. Os primeiros colonos estabelecidos por Martim Afonso de Sousa, em 1532, tinham sido precedidos por alguns portugueses desgarrados de viagens de exploração anteriores, como João Ramalho, que então já tinha desenvolvido vínculos familiares com os *tupi*, contando vários filhos havidos com mãe(s) indígena(s), e que foi de grande importância para o estabelecimento, nos primeiros anos, de relações amigáveis com os índios. A maioria dos colonos portugueses eram homens não acompanhados por mulheres européias e as sociedades *tupi-guarani* favoreceram a incorporação de estranhos na qualidade de genros e cunhados, de modo que, onde e enquanto puderam estabelecer-se relações pacíficas, os portugueses procriaram com mulheres indígenas, tendo filhos mestiços, os então chamados *mamelucos*. Esta foi a situação que prevaleceu na Capitania de São Vicente junto aos *tupi*. Como, em geral, para cada filho de português com mulher *tupi* não havia outros parentes portugueses, mas somente os parentes indígenas da família da mãe, os *mamelucos* se tornaram falantes da língua materna, a língua dos *tupi*. Logo, porém, esses *mamelucos* passaram a seguir as atividades de seus pais, distanciando-se social e culturalmente das sociedades indígenas de que provinham suas mães. Como a entrada de novos contingentes de portugueses em São Vicente foi diminuta em consequência não só da maior distância em relação ao centro administrativo da Colônia, que ficou sendo a Bahia, mas também da fraca economia daquela capitania, prevaleceu entre os *mamelucos* e seus descendentes a língua *tupi*, que era a única da maioria deles.

Esse tupi falado pelos *mamelucos* em graus distintos de diferenciação provocada pelo contato com a sociedade colonial que se estabelecia progressivamente no Estado de São Paulo será definido por Rodrigues (op. cit.) como a LÍNGUA GERAL PAULISTA (LGP). Essa LGP se tornaria, então, a língua veicular na periférica Capitania de São Vicente, que tinha como principal atividade econômica a escravização dos povos indígenas, levadas a cabo por grandes expedições denominadas BANDEIRAS, que adentravam o interior dos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esse movimento teria difundido o uso da LGP por toda essa região, mesmo por tribos indígenas que falavam outras línguas.

O largo predomínio da língua geral em São Paulo perdurou até pelo menos o final do século XVII, como se pode inferir do seguinte testemunho histórico do padre Antônio Vieira, em 1694:

As famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola (*apud* Silva Neto, 1963: 55)

O declínio do uso generalizado da LGP, ocorrido a partir do início do século XVIII, deve ser relacionado à grande onda migratória vinda de Portugal com o ciclo do ouro, quando se estima que cerca de 800 mil colonos portugueses afluíram para a região difundido o uso do português nas regiões, onde antes predominava a LGP (cf. Lucchesi, 2000: 43-48). Contudo, nas localidades mais recônditas, o uso da LGP deve ter perdurado tanto que Rodrigues (2000: 544) estima que ‘os últimos falantes da LGP devem ter morrido no início do século XX’.

Situação bastante distinta foi a que se verificou na interação entre os portugueses e os tupinambás em Pernambuco e na Bahia. Nos séculos XVI e XVII, nos grandes centros econômicos do empreendimento colonial, onde mais desenvolveu a cultura agro-exportadora da cana-de-açúcar, a relação com os povos indígenas foi a da mais violenta beligerância, como bem descreve Rodrigues (1996: 11-2):

Na costa central [do Brasil], não só não se estabeleceram naquelas áreas alianças matrimoniais em grande escala com os respectivos povos tupi-guaranis, mas ainda foram estes alvo de ações de extermínio por parte dos portugueses já no século XVI. Só o Governador Mem de Sá exterminou os tamoios ou tupinambás do Rio de Janeiro, que foram aliados de Villegagnon, promoveu a guerra contra os kaetés da Bahia e de Pernambuco em vingança por terem alguns deles matado o Bispo Fernandes Sardinha, e fez guerra também contra grande parte dos tupinambás da Bahia. Em Pernambuco, os dois primeiros donatários, Duarte Coelho e seu filho do mesmo nome, despovoaram intensamente a costa. Os temiminós das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro foram igualmente eliminados. Além disso, as terríveis epidemias de varíola (bexigas) que reiteradamente grassaram na Bahia e regiões vizinhas no século XVI dizimaram os índios que estavam em contato pacífico com os portugueses, seja como catecúmenos, seja como escravos. O resultado desses e outros acontecimentos foi a rapidíssima redução da população indígena, à qual se contrapôs uma maciça importação de escravos africanos e a continuada imigração de portugueses. Ainda que possa ter-se iniciado em algum ponto um processo de miscigenação semelhante ao de São Paulo, este terá sido em pouco tempo superado pela rápida mudança nas proporções demográficas entre índios e não índios. Daí o predomínio da língua portuguesa por toda a extensa área costeira central, sem que aí tenha havido as condições sociolinguísticas para o desenvolvimento de uma língua geral.

Assim, segundo Rodrigues, haveria uma nítida fronteira sociolinguística no Brasil Colonial. Enquanto o português se implantava pela ação dos colonos portugueses e seus escravos africanos na região do litoral que vai do Rio de Janeiro até Pernambuco; na região de São Paulo, interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, teria

predominado o uso de uma língua geral de base tupi falada pela maioria de sua população mameluca; e na região do Maranhão e Amazônia, falar-se-ia majoritariamente uma língua geral de base tupinambá num contexto sociolingüístico semelhante ao de São Paulo. Essa diferenciação sociolingüística teria se mantido até pelo menos meados do século XVIII, no caso da língua geral paulista; tendo a língua geral de base tupinambá perdurado por um período maior, sobretudo na região amazônica. A partir do século XVIII, o grande ciclo econômico da mineração e o ciclo econômico do café, no século XIX, promoveram um grande afluxo de portugueses e seus escravos africanos, de modo que o português nas variedades, mais ou menos alteradas faladas por esses segmentos, fosse progressivamente sobrepujando o uso da língua geral paulista.

Porém, tal caracterização enseja controvérsias. Vários autores (cf. Silva Neto, 1951, e Rosa, 1992, entre outros) fazem referência a uma língua geral de base tupinambá que se teria formado sobretudo pela ação dos jesuítas e que seria empregada nas relações entre portugueses e índios e mamelucos, ao longo de toda a costa brasileira<sup>4</sup>. Por outro lado, Mattos e Silva (2000: 14) faz referência a uma ‘LÍNGUA GERAL CARIRI, nos interiores sertanejos nordestinos, de base macro-jê, tronco lingüístico próprio às famílias lingüísticas de maior expressão nos interiores brasileiros, os célebres *tapuias* da documentação colonial’. E mesmo o uso corrente da língua geral em São Paulo durante esse período, na forma proposta por Rodrigues, é questionado por Monteiro (1995, *apud* Mattos e Silva, 2000: 15), pois, segundo este historiador, ‘o domínio da língua geral ou qualquer outra língua indígena era considerado uma respeitável especialidade’ e o que é designado como língua geral nada mais seria do que ‘o português colonial, corrompido por barbarismos africanos e indígenas’ (op. cit.: 165).

Constata-se, portanto, que questões cruciais ainda permanecem em aberto. Qual, ou melhor, quais teriam sido as identidades lingüísticas das diversas línguas gerais referidas na documentação da Colônia e do Império? De que maneira e em que medida o uso dessas variedades lingüísticas no passado se refletiria no panorama atual da realidade lingüística brasileira?

Mais uma vez se conjugam os esforços que devem ser feitos nas duas grandes frentes de trabalho: de um lado, o prosseguimento da exaustiva pesquisa nos arquivos para encontrar novos indícios que possam esclarecer um pouco mais esse cenário

---

<sup>4</sup> Vale registrar que Rodrigues (1996: 6) considera impróprio esse uso do termo *língua geral*.

sociolinguístico tão complexo quanto remoto; de outro lado, o trabalho de descrição dos dialetos rurais dessas zonas que possa revelar alguma característica linguística diferenciadora. De qualquer maneira, qualquer que seja o reflexo linguístico da interação entre falantes do português e das línguas indígenas, este deve ser procurado nas variedades rurais mais afastadas dos grandes centros urbanos, pois uma coisa é certa: na medida em que se promovia o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o uso da língua geral, em suas diversas variedades, era empurrado para as regiões mais periféricas e isoladas. No centro dos grandes movimentos de modernização do país, o papel principal estará reservado para o contato do português com as línguas africanas.

### **3.2. O componente africano na formação da população e da cultura brasileira**

As estimativas quanto ao número de indivíduos trazidos da África para o Brasil durante o período do tráfico negreiro variam entre pouco mais de três milhões (Simonsen, 1937) até a impressionante marca mais de 13 milhões (Calógeras, 1927[1957]). Consideramos razoável a cifra de seis a sete milhões a que chegou Ribeiro (1997) cotejando várias fontes. Mas, qualquer que seja o número, é inquestionável o peso demográfico do segmento de africanos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira. Segundo Mussa (1991), a proporção de negros africanos e brasileiros no conjunto da população brasileira, entre 1600 e 1850, nunca foi inferior a um terço, podendo constituir em alguns períodos a metade da população. A inserção desses largos contingentes na sociedade brasileira e a sua miscigenação racial com os colonizadores brancos terão conseqüências fundamentais na formação cultural e linguística do Brasil. Nesse sentido, a contribuição africana é bem mais relevante do que a dos povos indígenas, que resistiram até a eliminação física à inserção na civilização ocidental. Os negros e seus descendentes não apenas forneceram a maior parte da força motriz da construção material do país, como também participaram da sua construção espiritual, conseguindo vencer o estigma e marginalização e penetrar em todas as esferas do universo cultural brasileiro, matizando inexoravelmente a sua face através do fenômeno da mestiçagem.

#### **3.2.1. Caracterização linguística dos segmentos afro-brasileiros**

Os africanos trazidos para o Brasil como escravos eram provenientes, em sua grande maioria, de dois pontos da costa ocidental da África: a Costa da Mina, no litoral da Guiné, e o porto de Luanda, em Angola. No primeiro caso, os indivíduos eram, em

sua grande maioria, falantes das línguas do grupo lingüístico *kwa*, marcado por uma profunda diversidade lingüística. No segundo caso, eram falantes das línguas *banto*, essas mais homogêneas. Afirma-se, tradicionalmente, que os falantes das línguas *kwa* (sobretudo o *iorubá*, também conhecido como *nagô*) predominaram na região da Bahia, e os falantes das línguas *banto* (em que predominava o *quimbundo* e o *quicongo*), que ingressavam no Brasil através do porto do Rio de Janeiro, predominavam nas demais regiões do país, apesar de o único testemunho histórico de uma língua geral africana, documentada na região de Ouro Preto, em 1741, seja da língua *fon*, uma língua *kwa*.

A proficiência dos escravos africanos em português variava muito, indo desde os “boçais”, incapazes de se comunicar em português, até os chamados “ladinos”, que se comunicavam bem em língua portuguesa. O contato dos escravos africanos com as diversas formas da chamada língua geral indígena foi restrito às regiões com grandes contingentes indígenas, como o Maranhão e o Pará. Para além do uso do português nos seus diferentes graus de proficiência, deve ter ocorrido também o uso de línguas francas africanas na comunicação entre indivíduos do mesmo grupo etnolingüístico (nomeadamente o *quimbundo* e o *iorubá*), sobretudo nas senzalas e nos agrupamentos quilombolas, como no caso do quilombo dos Palmares (cf. Silva Neto, 1963 [1951]: 85).

Contudo, o uso dessas línguas francas africanas foi progressivamente sendo substituído pelo uso do português, código de comunicação verbal socialmente mais viável, até o virtual desaparecimento daquelas. Hoje, para além do uso ritual do *iorubá* nas cerimônias religiosas do candomblé na Bahia e do *ewe* na casa de Mina em São Luís do Maranhão, sobrevivem apenas alguns resquícios do uso de línguas francas africanas, em território brasileiro, na forma de códigos secretos que certas comunidades rurais afro-brasileiras, como as comunidades de Cafundó, em São Paulo – cf. Vogt & Fry (1982) –, e Tabatinga, Minas Gerais – cf. Queiroz (1984) –, mantêm em uso para situações especiais de interação verbal endógama. Segundo os seus pesquisadores, são constituídas por um vocabulário de origem *quimbundo*, utilizado sobre a base de uma gramática portuguesa. Portanto, pode-se afirmar que nenhuma língua africana se mantém como língua nativa de algum agrupamento humano em território brasileiro.

No que se refere à criouliização do português a partir de sua assimilação por falantes africanos e seus descendentes, pode-se dizer que tal processo não se deu de forma ampla e estável, de modo que não se tem registro de língua crioula de base portuguesa que se tenha estabilizado em território brasileiro, à maneira, por exemplo,



dos crioulos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, na África. Vários fatores sócio-demográficos e históricos podem explicar o fato: o deslocamento da população escrava no Brasil, o elevado grau de mestiçagem na sociedade brasileira, o elevado grau de mortandade dos escravos em face das condições desumanas em que eram mantidos no eito etc (cf. Lucchesi, 2000).

Entretanto, não se podem descartar situações particulares potencialmente bastante favoráveis a processos de criouliização do português, tais como: grandes propriedades rurais no interior do país que empregavam largamente a mão-de-obra escrava na lavoura e agrupamentos de escravos foragidos, conhecidos por quilombos. E como já foi dito, esses falares criouliizados devem ter perdurado em localidades isoladas do interior do país até pelo menos o início do século XX, quando as profundas mudanças sócio-econômicas e demográficas ocorridas no país acabaram por desarticular esses grupos, dispersando *a fortiori* suas variedades de língua (cf. Lucchesi, 1998a e 2001).

### **3.2.2. A polêmica acerca da contribuição dos africanos e seus descendentes na formação da realidade lingüística brasileira**

Os reflexos lingüísticos da integração dos largos contingentes de escravos africanos na sociedade brasileira no nível lexical são evidentes e cedo foram identificados (cf. Raimundo, 1933; e Mendonça, 1933), mas a compreensão de como esse processo histórico afetou a estrutura gramatical da língua portuguesa no Brasil ainda é questão polêmica entre os estudiosos desde o final do século XIX e ainda hoje desafia os lingüistas.

A grande geração de lingüistas e filólogos da primeira metade do século XX não deixou de tratar da questão. Assim, Gladstone Chaves de Melo (1946) e Serafim da Silva Neto (1951 e 1957), apesar de admitirem a possibilidade de ocorrência de processos de criouliização do português na história do Brasil, minimizaram tais processos em função da imagem de unidade e conservadorismo do português brasileiro por que militavam. Essa posição será mantida por Mattoso Câmara Jr. (1972), com base em sua visão estruturalista, que buscava explicar a evolução histórica da língua essencialmente pela lógica interna do sistema lingüístico.

Na década de 1980, a questão é retomada pelo lingüista norte-americano Gregory Guy (1981), que, em sua tese de doutoramento, utilizando uma amostra de fala de falantes do MOBREAL do Rio de Janeiro, defende a hipótese de que o português

popular do Brasil seria o resultado de um crioulo de base portuguesa que se teria formado no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII. Essa posição será apoiada pelo crioulista norte-americano John Holm (1992) e será contestada pelo sociolinguísta brasileiro Fernando Tarallo (1993b), para quem o português do Brasil estaria se afastando do português europeu, o que desautorizaria a hipótese de descrioulização. Retomando a visão de Silva Neto e Câmara Jr. (op. cit.), Naro & Scherre (1993) também contestam a hipótese da criouliização prévia, alegando a inexistência de registros históricos de crioulos portugueses no Brasil e desenvolvendo uma visão segundo a qual as mudanças ocorridas no português brasileiro seriam o resultado da deriva secular já embutida na língua proveniente de Portugal, sendo que o contato com as línguas autóctones e africanas teria por efeito apenas a aceleração dessas tendências estruturais. A polêmica permanece. Por um lado, Baxter (1992), Baxter & Lucchesi (1997) e Lucchesi (1998a, 1999 e 2001) sustentam o caráter crucial do contato entre português e as línguas africanas na formação histórica da realidade lingüística brasileira, com base em análises empíricas das características lingüísticas de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e refinando o conceito teórico de TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR para explicar o processo de CRIOULIZAÇÃO LEVE ou SEMI-CRIOULIZAÇÃO por que teria passado o português no Brasil, a partir da sua aquisição precária por parte de falantes africanos e com nativização dessa variedade defectiva da língua portuguesa entre os descendentes desses escravos. De outro lado, Naro & Scherre (2000) mantêm a visão da prevalência dos fatores estruturais e buscam evidências empíricas de que os germes das mudanças já estariam contidos na língua vinda de Portugal, em análises de textos do português arcaico e em exemplos recolhidos de monografias dialetais portuguesas.

### **3.2.3. Processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas na formação do português do Brasil**

Para se compreender como o contato com milhões de falantes africanos afetou o desenvolvimento histórico do português do Brasil, é preciso se ter maior clareza acerca das situações sociolinguísticas que resultam da integração desses milhões de falantes na comunidade de fala brasileira e do tipo de mudança que esse processo produziu na estrutura da língua que viria se impor nessa situação de contato: o português. Nesse sentido, duas questões se impõem: de um lado, é preciso definir os fatores sociolinguísticos que não permitiram a estabilização de uma língua crioula de base

lexical portuguesa no Brasil, já que, em princípio o contexto sócio-histórico da formação do português do Brasil seria bastante favorável ao desenvolvimento de processos de criouliização (cf. Guy, 1981). De outro lado, é preciso definir que processos de mudança na estrutura da língua portuguesa no Brasil podem ter sido induzidos por essa situação de contato, mesmo não ocorrendo um processo amplo e duradouro de criouliização.

Consideramos que os principais fatores que impediram a ocorrência, na história lingüística do Brasil, de um processo de criouliização do português, em níveis socialmente representativos e com uma duração significativa, são os seguintes:

(i) a proporção entre a população de origem africana e branca, que permitia um nível de acesso maior à língua alvo do que o observado nas situações típicas de criouliização;

(ii) a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos;

(iii) o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos;

(iv) o incentivo à proficiência em português;

(v) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras;

(vi) a miscigenação racial.

Esses fatores podem explicar por que não se constituiu de forma estável e representativa uma língua crioula no Brasil, apesar da forte presença africana em sua história. Porém, mais uma vez, é preciso se ter em mente que esta é uma afirmação genérica relativa às situações mais representativas da história sociolingüística do país; não se está descartando aqui certas situações laterais específicas, nas quais a forte presença afro-brasileira numa comunidade formada em torno de uma fazenda numa região afastada do interior do país, ou de uma comunidade oriunda de um quilombo, possa ter produzido um intenso processo de transmissão lingüística irregular, em níveis muito próximos ao da criouliização.

Mas, se nessas situações mais representativas de nossa história sociolingüística não ocorreram processos típicos de criouliização, é exatamente aí que vamos encontrar a origem das mais importantes conseqüências do extenso e massivo contato entre línguas que marca a formação da realidade lingüística brasileira. A aquisição precária do

português pelos escravos trazidos de África e pelos índios integrados na sociedade brasileira (que podem ser, então, arrolados como uma espécie de força auxiliar, de menor importância) e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão lingüística irregular que teve importantes conseqüências para a formação da atual realidade lingüística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares.

Os fatores que inibiram a criouliização passam, assim, a atuar como poderosos fatores de difusão das mudanças ocorridas com a transmissão lingüística irregular do português nas mais diversas comunidades de fala do Brasil. A integração social dos escravos, ou ex-escravos e, sobretudo, a miscigenação são fatores que atuam em dois sentidos: favorecem a assimilação dos padrões lingüísticos dominantes por parte dos dominados, ao tempo em que abrem vias de introdução de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos estratos mais baixos na fala das camadas médias e altas.

Portanto, em termos gerais, o processo histórico de constituição da realidade lingüística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português, em função do contato entre línguas, sobretudo nas áreas em que se deu a integração dos escravos africanos. Contudo, por diversos fatores essas mudanças não foram de monta a dar ensejo a formação e estabilização de uma língua crioula de base portuguesa; o que pressupõe uma reestruturação original da gramática e a transferência de estruturas das línguas de substrato. Tais processos, se ocorreram, ocuparam uma posição lateral, e suas marcas mais evidentes provavelmente desapareceram no bojo das enormes alterações que se processaram no cenário sócio-econômico do país no século XX. Desse modo, num nível sociolingüístico mais representativo, deve-se pensar, não em termos de criouliização estrita, mais num processo mais amplo de transmissão lingüística irregular, que se caracteriza fundamentalmente pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na freqüência de uso das formas não marcadas, bem como a sua generalização paradigmática. Seria esse processo de TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR (que alguns chamam de CRIOULIZAÇÃO LEVE, ou de SEMICRIOULIZAÇÃO) que estaria na base da formação das atuais variedades populares do português do Brasil. Assim, o desenvolvimento teórico do conceito de transmissão lingüística irregular assume uma posição central neste esquema de compreensão da formação sócio-histórica do português brasileiro.

### **3.2.5. O conceito de transmissão lingüística irregular**

A transmissão lingüística irregular é um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma outra entidade lingüística denominada PIDGIN ou CRIOULO, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade lingüística qualitativamente distinta.

Parte-se do princípio de que os processos históricos de contato entre línguas são altamente variáveis em termos de seus parâmetros sócio-demográficos e etno-lingüísticos. Desse modo, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional e gramatical da nova variedade lingüística, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática tendem a sofrer uma concorrência dos modelos da língua alvo, que é mais ou menos intensa e determinante conforme cada caso histórico particular. Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão lingüística irregular, e não nos termos estritos das situações típicas de pidginização e/ou crioulização. Só um conceito mais amplo como esse pode dar conta de determinados processos históricos, como os que se deram, por exemplo, durante a colonização do continente americano, em que línguas como o espanhol, o português e o inglês sofreram significativas alterações em seus padrões de uso ao serem assimiladas por contingentes de falantes de outras línguas (indígenas e africanas), sem que, entretanto, tais processos tenham resultado na formação de línguas pidgins e crioulas.

Se o acesso dos falantes das outras línguas (e, principalmente, dos seus descendentes) aos modelos da língua alvo aumenta com a continuidade da situação social que originou o contato, e considerando-se que esses modelos tendem a gozar de um maior prestígio na estrutura da comunidade de fala, estabelecendo-se assim uma espécie de ideal normativo, pode-se pensar que esses modelos tendem a suplantarem os processos de transferências de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática. O resultado deste processo, então, pode não ser a formação de um sistema lingüístico distinto da língua alvo (um pidgin ou um crioulo), mas uma nova variedade dessa língua alvo que não deixa de apresentar certas características

decorrentes do processo de transmissão lingüística irregular que se deu com a socialização/nativização entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes.

A partir dessa visão, pode-se definir as principais características do processo de transmissão lingüística irregular da seguinte maneira:

- (i) perda, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais;
- (ii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura lingüística; e
- (iii) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, em movimentos aparentes na estruturação da sentença.

A diferença, então, estaria situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de crioulização, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome como do verbo, e das regras de concordância a elas associadas. Esse é o caso, por exemplo, dos crioulos de base portuguesa da África. Nos crioulos portugueses de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, as regras de concordância nominal verbal do português foram praticamente eliminadas. Nesses casos, os processos de gramaticalização que ocorrem nas fases de reestruturação da nova variedade lingüística emergente seriam bastante profundos. No caso dos crioulos portugueses da África, determinados itens lexicais, como advérbios e determinadas formas verbais, se converteram, através do processo de gramaticalização, em marcadores das categorias de tempo, modo e aspecto do verbo. Essas línguas desenvolveram, assim, todo um sistema independente de partículas de tempo, modo e aspecto – uma característica bastante geral entre as línguas crioulas (cf. Bickerton, 1981 e 1984). Por outro lado, a perda da morfologia de número e pessoa conduziria a uma mudança no valor do parâmetro do sujeito nulo, de modo que, no processo de formação dos crioulos de base portuguesa, o valor marcado do parâmetro do sujeito nulo do português seria alterado em função do valor não marcado, fazendo com que o sujeito referencial seja sempre realizado nessas línguas<sup>5</sup>.

Já, nos processos de transmissão lingüística irregular mais leves, como os ocorridos na história das variedades populares do português do Brasil, esses processos

---

<sup>5</sup> Sobre essa mudança em função de parâmetros sintáticos não marcados no processo de formação das línguas crioulas, veja-se Roberts (1997).

seriam menos radicais, ocorrendo mais a variação nos padrões de uso desses elementos gramaticais, do que mudanças completas na estrutura da língua. Tais processos compreenderiam as seguintes etapas:

- (i) Fase inicial: variação, mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais, sendo mais rara a sua eliminação; opacidade relativa nos estímulos-gatilhos que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos;
- (ii) Fases seguintes: manutenção do quadro de variação, em que se observa a concorrência entre as formas gramaticais reintroduzidas a partir da influência da língua alvo e potenciais processos de gramaticalização que emergem na heterogeneidade da fala; variação nas frequências de uso dos parâmetros sintáticos.

Os resultados desse processo podem variar consoante o item gramatical considerado, de modo que tal processo pode ter como resultante os seguintes cenários:

- (i) Eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- (ii) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- (iii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- (iv) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária – com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero.
- (v) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos.

O caso da variação da concordância de gênero na comunidade de fala de Helvécia-Ba, objeto de estudo de que temos nos ocupado (cf. Lucchesi, 2000), inclui-se no item (ii) acima, já que a morfologia do gênero teria sido reintroduzida na maioria das variedades populares do português do Brasil, mantendo-se a variação, num nível de frequência mais baixo, apenas naquelas comunidades que passaram por um processo de transmissão lingüística irregular mais profundo e/ou que se mantiveram numa situação de isolamento por mais tempo, e *ipso facto* seriam mais refratárias à influência dos modelos da língua alvo.

Já o a variação da concordância da categoria nominal de número e da categoria verbal de pessoa/número, no português do Brasil, pode ser incluída no item (iii), pois a variação presença *versus* ausência das marcas de plural no sintagma nominal e das marcas de pessoa-número no sintagma verbal está presente no conjunto das variedades da língua no Brasil.

Como exemplos de processos do item (i), podemos pensar na eliminação de certas marcas morfológicas de número e pessoa da flexão verbal (mais precisamente da 2ª pessoa) que ocorre na maioria das variedades do português do Brasil, e a eliminação de certas marcas flexionais do subjuntivo, que ocorreu significativamente em muitas variedades populares do português brasileiro.

A redução no uso do sujeito nulo, geral no português brasileiro (cf. Duarte, 1993 e 1998), bem como a perda do movimento do verbo, sobretudo nas orações interrogativas, mas não somente (cf. Morais, 1993; e Rossi, 1993), exemplificam (v), pois podem ser vistos como casos de expansão de uma gramática crioulizante no espaço do português brasileiro, se considerarmos que, no português europeu, a marcação de valores fortes para esses parâmetros sintáticos está amplamente generalizada.

E, como exemplo do cenário apresentado no item (iv), temos, em Helvécia-Ba, o caso dos verbos com dois complementos do tipo ‘*dar algo a alguém*’. Nessas estruturas, ao lado da construção normal em português – Verbo + Obj. Direto + Objeto Indireto regido por preposição –, verifica-se uma outra variante, semelhante à observada no inglês, em que o objeto indireto sem a preposição segue imediatamente o verbo, como exemplificado abaixo (cf. Lucchesi, 1998a: 92):

(1) Gente de tempo é assim, se eu dou **o senhor** malcriaçõ...

V    OI    OD

(pt. std. ‘gente antiga é assim, se eu faço malcriação para o senhor’)

Portanto, para se determinar a influência dos processos de transmissão lingüística irregular no muito vasto e complexo universo sociolingüístico brasileiro, é preciso levar em conta, por um lado, o item da estrutura lingüística que está sendo focalizado, a sua função mais ou menos abstrata, sua transparência semântica, e o valor mais ou menos marcado do parâmetro sintático em jogo; tendo, sempre, como referência os modelos transplantados da variedade lingüística européia; e, por outro lado, a comunidade de fala em que esse item é analisado, o que implica considerar o grau de contato lingüístico por que essa comunidade passou, a sua exposição aos modelos lingüísticos difundidos institucionalmente, etc.



Por outro lado, é preciso definir também como esses processos de variação e mudança se difundiram para regiões de menor presença africana ou para as camadas médias e altas da sociedade brasileira, às quais o acesso dos segmentos afro-brasileiros sempre foi muito restrito. Nesse último caso, acreditamos que os contingentes de imigrantes europeus e asiáticos desempenhou um papel decisivo.

### **3.3. O papel desempenhado pelos imigrantes europeus e asiáticos**

Desde o início do empreendimento colonial, nas primeiras décadas do século XVI, até meados do século XIX, a organização social do Brasil pouco havia se alterado. Tratava-se de uma sociedade predominantemente rural, com modestos núcleos urbanos que mantinham uma incipiente vida institucional, à qual só uma pequena elite tinha acesso. Já a grande maioria da sua população – constituída por índios, africanos e mestiços – era mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania. Assim, enquanto, nos restritos círculos da elite dos pequenos centros urbanos, “os grandes” da colônia e do império cultivavam a língua e as boas maneiras, sob a inspiração dos modelos importados de Portugal, nas vastas regiões do país a língua portuguesa passava por drásticas alterações, sobretudo em função da aquisição precária que dela faziam negros, índios e mestiços.

Toda essa situação só começa a se alterar após a abolição da escravidão e o início da imigração de largos contingentes de europeus e asiáticos para o Brasil. A adoção do trabalho assalariado, que amplia o mercado consumidor brasileiro, e os grandes excedentes gerados pela exportação do café criam as condições para a industrialização, implementada nas primeiras décadas do século XX, e intensificada sobretudo a partir do Estado Novo. A industrialização em larga escala desencadeia, a partir da década de 40, o fenômeno da urbanização do país, levando à formação, já na década de 70, de verdadeiras megalópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo, que ocupam uma posição reitora na condução da economia e da cultura do país<sup>6</sup>. No bojo

---

<sup>6</sup> Para se ter uma idéia das proporções desse processo de urbanização da sociedade brasileira, basta que se diga que, em 1940, quase setenta por cento dos 41.236.315 habitantes do Brasil viviam no campo; já em 1970, cerca de 56% da população vivia nas cidades, contra 44% da população rural; e, em 1996, a população urbana corresponde a quase 80% dos 157 milhões de habitantes do Brasil (FONTES: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Volume 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; *Anuário Estatístico do Brasil*.

desse processo, são construídas as rodovias que integram todas as regiões do território nacional, e os meios de comunicação de massa experimentam um crescimento vertiginoso, alcançando e influenciando – inicialmente através do rádio e, mais recentemente, através da televisão – até as comunidades mais isoladas dos mais afastados rincões. Esse gigantesco processo, que alterou profundamente a fisionomia do país (mesmo sem lhe alterar as deformações estruturais), acabou por atenuar, em sua ação niveladora, a acentuada polarização entre a fala das elites urbanas e a fala das populações rurais pobres; tanto ao eliminar, na fala popular, as marcas mais características do processo de transmissão lingüística irregular, ocorrido nos séculos anteriores (ou mesmo provocando o desaparecimento, em algumas localidades, de formas incipientes de línguas crioulas); quanto ao permitir que certas mudanças ocorridas na fala popular penetrassem na fala das camadas médias e altas, neste caso, o grande fenômeno da imigração ocorrido entre os finais do século passado e as primeiras décadas deste século pode ter desempenhado um papel decisivo.

A transição para o trabalho assalariado foi fortemente impulsionada pela vinda para o Brasil de mais de três milhões imigrantes europeus e asiáticos, entre o final do século passado e o início deste século. Esses indivíduos, em sua maioria, ingressaram na base da pirâmide social brasileira, dirigindo-se para o trabalho braçal no campo. Nessas circunstâncias, o modelo mais acessível de que dispunham para a aquisição do português deve ter sido o proveniente dos capatazes e dos trabalhadores braçais locais, que, em sua maioria, eram ex-escravos africanos e seus descendentes nativos e/ou mestiços; ou seja, o português que esses imigrantes – italianos, japoneses, alemães etc – aprenderam, ao chegar ao Brasil, era o português popular, com as profundas mudanças decorrentes do processo de transmissão lingüística irregular por que este havia passado. Contudo, em função de seu *back-ground* cultural, esses imigrantes ascenderam rapidamente na estrutura social, levando para o seio da norma culta alguma das estruturas de matiz popular que haviam adquirido em seu contato inicial com o português<sup>7</sup>.

---

Volume 56. Rio de Janeiro: IBGE, 1996; *Contagem da População 1996*. Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1997).

<sup>7</sup> Pode-se pensar aí numa sorte de seleção operada pela reação dos falantes nativos cultos, que seriam mais refratários às estruturas populares mais estigmatizadas e mais tolerantes com as estruturas que colidiram menos com as estruturas mais normais do seu falar. Contudo – como esses julgamentos não se operam no plano abstrato da estrutura lingüística, mas nas relações sociais e ideológicas que efetivamente

Pode-se perceber, assim, o caminho através do qual certos fatos lingüísticos que surgiram da aquisição/nativização defectiva do português pelos falantes africanos e seus descendentes puderam penetrar nas camadas médias e altas, generalizando-se no português brasileiro como um todo. Este pode ser o caso da variação na concordância de número (tanto verbal quanto nominal), que teria se originado no processo de transmissão lingüística irregular ocorrido na base da pirâmide das sociedades colonial e do Império, e se teria difundido tornando-se hoje um fenômeno que se verifica em todos os estratos da sociedade brasileira; registrando-se, é bem verdade, a diferença de freqüência na variação que ainda separa os segmentos de maior poder aquisitivo e melhor nível de escolaridade, da população pobre analfabeta ou de pouca instrução (cf. Scherre, 1994: 38).

Portanto, pode-se surpreender nessa integração dos imigrantes europeus e asiáticos mais um circuito de difusão de processos de variação e mudança na inextricável rede de vetores sociolingüísticos que concorrem para a formação da realidade lingüística brasileira.

#### **4. Conclusão**

Ao longo deste texto, buscamos lançar um olhar sobre os vastos territórios ainda desconhecidos da realidade lingüística brasileira e da sua formação histórica. Nesse sentido, vamos à guisa de conclusão sistematizar as tarefas e questões que se colocam para a pesquisa lingüística nesse vasto campo de estudo. Essas tarefas devem ser definidas pelos objetivos que as justificam da seguinte maneira:

- (i) mapeamento dialectológico do território brasileiro para aferir o seu grau de homogeneidade lingüística;
- (ii) análise sociolingüística dos grandes centros urbanos brasileiros e da sua relação com as demais regiões do país, para se identificar os processos de variação e mudança lingüística, bem como as suas vias de difusão;

---

se travam entre os falantes (Lucchesi 1998b: 56-7) – pode-se pensar que os falantes nativos das classes médias e alta seriam muito menos refratários aos desvios lingüísticos de um emergente empresário de origem européia do que diante dos padrões de fala dos trabalhadores braçais negros e mulatos.

- (iii) escrutínio dos falares das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, em busca dos indícios acerca dos tipos de mudança operados nas situações de contato entre línguas na história do Brasil;
- (iv) descrições das línguas indígenas brasileiras, como forma de preservar o nosso patrimônio lingüístico autóctone;
- (v) ampla pesquisa sobre a documentação histórica remanescente com vistas a reunir evidências empíricas que possam esclarecer os contextos sociolingüísticos da formação histórica da realidade lingüística brasileira.

Entretanto, para que essas tarefas possam ser levadas a cabo com êxito, é preciso que ocorra simultaneamente o desenvolvimento e a assimilação do instrumental teórico disponível nos diversos modelos que devem ser congregados nesse campo de estudo, para a consecução dos seguintes objetivos:

- (i) descrição dos parâmetros que definem a gramática do português brasileiro, bem como de nossas línguas indígenas, e definem as relações genealógicas destas;
- (ii) diagnóstico acerca dos processos de variação e mudança em curso no português brasileiro, com base na dicotomia variação estável *versus* mudança em curso, bem como do quadro de encaixamento desses processos na estrutura social e lingüística e das correlações que estes mantêm com outros processos de variação e mudança na estrutura da língua;
- (iii) identificação dos processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas na estrutura do português brasileiro.

Como também tivemos a oportunidade de demonstrar aqui, este terceiro tema é certamente o mais polêmico. Conquanto não possamos deixar de ver as motivações ideológicas que nutrem essa polêmica que se tem prolongado por tantos anos e ainda se mantém atual, assumimos a posição de que a sua superação reside crucialmente no desenvolvimento de uma teoria lingüística adequada para as situações de contato entre línguas que é amplamente representativa na história do Novo Mundo. É por essa razão que, ao longo de quase uma década, temos investido os nossos esforços no desenvolvimento do conceito de TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR.

Portanto, enfatizamos a necessidade de uma articulação entre o desenvolvimento teórico e a pesquisa empírica, indispensável para o avanço do conhecimento científico.

Acreditamos que a recolha e a sistematização dos dados, o trabalho de campo e a pesquisa nos centros de documentação não lograrão o êxito esperado, se não forem municiadas por um instrumental teórico adequado. Desse modo, partilhamos da concepção de que o objeto do conhecimento científico é em grande parte definido pelos elementos que enformam o olhar da ciência.

## **5. Referências bibliográficas**

Anjos, Rafael S. A. 2000. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. 2 ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria.

Baxter, Alan N. 1992. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. Em: d'Andrade, Ernesto & Kihm, Alain (orgs.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Colibri: 7-36.

Baxter, Alan & Lucchesi, Dante. 1997. "A relevância dos processos de pidginização e crioulação na formação da língua portuguesa no Brasil", *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 65-84.

Bickerton, Derek. 1981. *Roots of Language*. Ann arbor: Karoma.

Bickerton, Derek. 1984. "The Language Bioprogram Hypothesis", *Behavioural and Brain Sciences*, 7: 173-203.

Calógeras, J. Pandiá. 1927. *Formação Histórica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso. 1972. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: Câmara Jr., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 71-87.

Cardoso, Suzana Alice. 1999. "A dialectologia no Brasil: perspectivas", *Lingüística-ALFAL*, São Paulo, 11: 251-272.

Castilho, Ataliba (org.). 1998. *Para a História do Português Brasileiro*. Vol I. São Paulo: Humanitas.

Cunha, Celso. 1970. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Cunha, Celso. 1985. *A Questão da Norma Culta Brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Duarte, Maria Eugênia L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp: 107-128.
- Duarte, Maria Eugênia L. 1998. O sujeito nulo no português do Brasil: de regra obrigatória a regra variável. Em: Große, Sybille & Zimmermann, Klaus (eds.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM:189-202.
- Ferreira, Carlota. 1984. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. Em: Ferreira, Carlota et alia. *Diversidade do Português do Brasil*. Salvador: UFBA: 21-32.
- Guy, Gregory. 1981. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. University of Pennsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International.
- Holm, John. 1992. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. Em: d’Andrade, Ernesto & Kihm, Alain (orgs.). *Actas do Colóquio sobre “Crioulos de Base Lexical Portuguesa”*. Lisboa: Colibri, 1992:37-66.
- Lucchesi, Dante. 1994. “Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12: 17-28.
- Lucchesi, Dante. 1996. “Variação, mudança e norma: a questão brasileira”, em: Cardoso, Suzana A. M. (org.). *Diversidade Lingüística e Ensino*, Salvador: EDUFBA: 69-80.
- Lucchesi, Dante. 1998a. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. Em: Große, Sybille & Zimmermann, Klaus (eds.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM: 73-100.
- Lucchesi, Dante. 1998b. *Sistema, mudança e linguagem*. Lisboa: Colibri.
- Lucchesi, Dante. 1999. A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil. Em: Zimmermann, Klaus (ed.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Madrid: Ibero-Americana: 477-502.
- Lucchesi, Dante. 2000. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, ms.
- Lucchesi, Dante. 2001. “As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil”, *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 17: 1, 2001, pp. 97-130.

- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1996. “Notícia sobre o ‘Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR’”, *Estudos Lingüísticos e Literários*, nº especial: 231-8.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2000. “Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro”, *Gragoatá*, Niterói, 9: 11-27.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org.). 2001. *Para a História do Português Brasileiro*. Vol II. São Paulo: Humanitas.
- Melo, Gladstone Chaves de. 1946. *A Língua do Brasil*, Rio de Janeiro: Agir.
- Mendonça, Renato. 1933. *A influência africana no português do Brasil*, Rio de Janeiro: Sauer.
- Monteiro, John Manuel. 1995. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Morais, Maria Aparecida C. R. T. 1993. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nminativo no português do Brasil. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp: 263-306.
- Mussa, Alberto. 1991. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado. ms.
- Naro, Anthony & SCHERRE, Marta. 1993. “Sobre as origens do português popular do Brasil”, *D.E.L.T.A.*, vol. 9, nº Especial, pp. 437-454.
- Naro, Anthony & Scherre, Marta. 2000. Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. Em: McWhorter, John (ed.). *Language Change and Language Contact in Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 235-255.
- Queiroz, Sônia. 1984. *A Língua do Negro da Costa – um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, dissertação de Mestrado, ms.
- Raimundo, Jacques. 1933. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- Ribeiro, Darcy. 1997. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2 ed. 10 reimp. São Paulo: Companhia das Letras.
- Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). 1993. *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Rodrigues, Aryon D. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, Aryon D. 1993a. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* **9.1**:83-103.

- Rodrigues, Aryon D. 1993b. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje* 95:20-26.
- Rodrigues, Aryon D. 1996. As línguas gerais sul-americanas. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 4.2:6-18.
- Rodrigues, Aryon D. 2000. “Breve história da língua dos índios vistos por Cabral”, *Universa*, Brasília, 8.1: 541-52.
- Rodrigues, Aryon D. no prelo. As outras línguas da colonização do Brasil. Em: Cardoso, S., Mota, J. e Mattos e Silva, R. *500 anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- Rosa, Maria Carlota. 1992. “Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?” *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília, 2.1:85-94.
- Rossi, Maria Aparecida G. L. 1993. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp: 307-342.
- Serre, Marta. 1994. “Aspectos da concordância de número no português do Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12: 37-49.
- Scherre, Ma. Marta & Paiva, Ma. da Conceição. 1999. “Retrospectiva sociolingüística: as contribuições do PEUL”, *Lingüística-ALFAL*, São Paulo, 11: 203-30.
- Silva Neto, Serafim da. 1951. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- Silva Neto, Serafim da. 1957. *História da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.
- Simonsen, Roberto. 1937. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 vols.
- Tarallo, Fernando. 1993a. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp: 69-106.
- Tarallo, Fernando. 1993b. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp: 35-68.
- Vogt, Carlos & Fry, Peter. 1982. “A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil, *Religião e Sociedade*, 8, 45-52.